

EDITORIAL

Estudar as sociedades antigas exige do historiador um cuidado na aplicação de conceitos e valores contemporâneos a este período histórico. Tal postura se manifesta de forma contundente ao se abordarem religiões e religiosidades na Antiguidade. O estudo de uma sociedade diferente da nossa demanda o reconhecimento de que nossos valores não são universais, que as sociedades do passado ou de outras partes do mundo não têm a mesma “visão de mundo” que nós. Até o século XIX, as análises sobre as religiões antigas se inseriam numa perspectiva eurocêntrica cristã. Elaboraram-se teses evolucionistas, influenciadas pelo modelo biológico e pela teoria de Charles Darwin. Assim, numa primeira fase, a religiosidade primitiva dotava tudo de alma, denominada de animismo por Tylor em *Primitive culture* (1871). No início do século XX, Lévy-Bruhl, em *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures* (1910) e *La mentalité primitive* (1925), afirmava que o pensamento primitivo era do tipo pré-lógico, incapaz de elaborar um sistema racional que explicasse as relações entre o homem e o mundo, impregnado pelo maravilhoso e sobrenatural, vivendo, por isso, num estado ainda “pré-religioso”. O ponto máximo do processo de evolução espiritual seria o monoteísmo. A historiografia do século XIX e início do XX tendeu a projetar sobre essa área os elementos que se postulavam como essenciais – considerando suas próprias preconcepções de religiosidade, fundamentadas no monoteísmo –, que pareciam estar faltando na vida religiosa dos antigos. Ao analisarmos, como historiadores, as religiões e religiosidades antigas, devemos abolir quaisquer vestígios de etnocentrismo e de anacronia que nos impeçam de compreender as especificidades das sociedades em foco. As referências seletivas à Antiguidade refletem mais os debates ideológicos das sociedades, que se apropriam deste passado de acordo com seus interesses no decorrer do tempo e constroem seus discursos pautados neles. Além disso, há o problema de como compreender a intimidade do “outro”, ainda mais quando há um significativo distanciamento temporal e a documentação é escassa e lacunar. Certamente, é um desafio para nós, historiadores. Contudo,

é possível fazê-lo, como nos apresenta este número da revista **Phoînix** em cinco dos seus artigos, que desenvolveram diferentes abordagens e utilizaram documentos variados.

Dois dos artigos tratam de um recorte temporal aproximado, porém analisam distintos tipos de documentos. O texto de Ana Teresa Marques Gonçalves e Giselle Moreira da Mata optou por trabalhar com a documentação escrita do século V a.C., centrando-se no ritual das *Tesmophorias* para abordar as relações de gênero na Atenas Clássica. Os estudos antropológicos mostraram a importância dos rituais para as sociedades que os praticavam, pois, através dos ritos, cada sociedade constrói e transmite representações sobre as divindades e a ordem das coisas e, no caso específico, as relações de gênero. Questionando a exclusão da atuação feminina na esfera pública, o artigo buscou revelar uma configuração de forças que facultasse compreender a sociedade ateniense como um campo social complexo e composto. Este tipo de abordagem insere-se na renovação temática e metodológica da escrita da História, que, sensibilizada pelos movimentos sociais contemporâneos, põe em xeque seus paradigmas tradicionais e se abriu à experiência de grupos até então marginalizados, como o das mulheres. Após a fase inicial de dar visibilidade às mulheres, buscou-se um conceito que abarcasse a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, surgindo, então, a categoria gênero, fundamentada na divisão cultural dos sexos, construída histórica e socialmente, enquanto uma interação entre homens e mulheres em tempos, espaços e culturas determinados. Esta categoria centra-se, portanto, em experiências relacionais entre homens e mulheres, privilegiando o caráter sociocultural das distinções sexuais e desnaturalizando as identidades sexuais. Assim, gênero se torna um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças, que demandam a ponderação e o intercruzamento de múltiplos elementos, tais como o político, o cultural e o religioso. Essa postura rompe com as noções abstratas de “mulher” e “homem” como identidades únicas, a-históricas e essencialistas, penetrando assim no labirinto das interações e tensões que constituem as relações de gênero.

Justamente, é também no campo das tensões advindas das relações de poder, que sublinham as relações de gênero, que se situa o artigo de José Geraldo Grillo, que aborda a violência sexual a partir da análise da narrativa mítica do rapto de Cassandra, representada na iconografia dos vasos áticos dos séculos VI e V a.C. Atualmente, no campo da História Antiga, as ima-

gens deixaram de ser meras ilustrações e se tornaram importantes suportes de informações sobre as sociedades que as produziram e consumiram. São consideradas uma maneira relevante de se reconhecerem e se elaborarem dados sensíveis, demandando, portanto, dos historiadores, conhecimentos e metodologia para sua leitura e interpretação, tais como os aplicados pelo autor do artigo. Este aponta para uma tradição imagética própria e desviante da tradição literária helênica da narrativa mítica.

Adriana Zierer também desenvolveu seu estudo pautado na narrativa mítica, mas centrando-se na tradição literária grega sobre a Medusa, para mapear o simbolismo da cabeça cortada e dialogar então com o culto às cabeças entre os celtas, informado por uma documentação de natureza variada, mas privilegiando a escrita, abarcando um arco de tempo que vai da Antiguidade ao Medievo.

Por sua vez, Diogo Pereira da Silva analisou a narrativa histórica de um autor cristão, Lactâncio, que amalgamou o *topos* clássico da *historia magistra vitae* com o Providencialismo Divino. Se, por um lado, o caráter moralizante do relato do passado, ao servir como exemplo para os homens do presente, aproximou o gênero literário histórico greco-romano e o cristão, por outro, a tradição cristã conferiu um cunho teleológico à História, que a distanciava do modelo clássico, ao estabelecer um começo (a criação do mundo por Deus), um meio (a vinda do filho de Deus, Jesus Cristo) e um fim (o Julgamento Final).

Num outro tipo de narrativa se pautou o texto de Margaret Bakos. É a partir de estelas votivas, datadas das XIX e XX Dinastias e advindas de Deir El Medina, vila constituída por artesãos qualificados para o trabalho nas tumbas farônicas, que a autora evidenciou a piedade e religiosidade de seus habitantes como expressões individuais de fé e confiança em uma ou outra divindade, gratidão por seus favores e petições na adversidade. Bakos destaca, dentre outros aspectos, que esse tipo de documentação constitui fonte histórica privilegiada, à medida que torna acessível a análise da vila dos egípcios antigos tal como é descrita por eles próprios, o que denominou de “escrita de si”, ao invés de examiná-la pelo olhar dos seus dominadores, especialmente os gregos e os romanos, como foi feito até o século XIX.

Tal situação, entretanto, não se verifica com Cartago, como apresenta o artigo de Henrique Modanez de Sant’Anna, que tratou da situação política cartaginesa nos séculos IV e III a.C., a partir da disputa pela hegemonia no

Mediterrâneo Ocidental envolvendo cartagineses, gregos e romanos. Distintamente do caso egípcio, em que sobreviveu e foi decifrada a documentação escrita produzida pela própria sociedade, há poucas e fragmentadas evidências escritas acerca dos cartagineses, que advêm justamente dos seus adversários, gregos e romanos. As informações sobre a organização política de Cartago são provenientes de fontes clássicas, que utilizavam termos próprios para se referir à realidade peculiar do “outro”, os cartagineses.

O desafio de compreender uma realidade distinta também está presente no artigo de Ciro Flamarion Cardoso, que defende a existência de uma economia romana, contrapondo-se à postura de negá-la, fundamentada na diversidade irredutível da realidade romana imperial, o que resultaria em distintas economias para o período. O texto apresenta um quadro dos debates sobre o tema a partir da década de 1980 e se posiciona favoravelmente à pertinência da economia romana como objeto de estudo.

Finalmente, ressaltamos uma obra lançada, em maio deste ano, pelo Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (MHN): a *Sylloge Nummorum Graecorum* Brasil I (2011). A autoria do volume é da Prof^a Maricé Martins Magalhães, pesquisadora do nosso Laboratório de História Antiga (LHIA) e do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC), Instituto de História (IH) da UFRJ, com bolsa da Faperj. Como expressa o próprio título do livro, uma *Sylloge Nummorum Graecorum* (SNG) significa “coletânea ou coleção de moedas gregas”, cujos exemplares estavam sendo preservados e tutelados desde 1922 pelo Departamento de Numismática do MHN, ano de sua fundação. Ressaltamos que essa coleção de moedas greco-romanas é a maior da América do Sul e seu catálogo é o primeiro no seu gênero publicado em nosso continente, e até agora seu único representante.

Os volumes da SNG são catálogos de caráter internacional, publicados pelos maiores museus do mundo, que possuem grandes coleções numismáticas, sempre com o aval, chancela e anuência do *International Numismatic Council* (INC), criado em 1934. Esta instituição reconheceu a importância histórica e patrimonial da coleção brasileira de moedas gregas (ou “séries gregas”) e a elevou à categoria de SNG, como importante documento de consulta e pesquisa para estudiosos, docentes e estudantes de História da Antiguidade, no Brasil e no exterior. Destacamos também que, atualmente, pouco mais de 50 coleções numismáticas de museus de todas as nações contam com esse reconhecimento e divulgação internacional: enfim, não

é apenas um bem cultural somente brasileiro, mas também um patrimônio da humanidade.

A coleção nacional abrange, originariamente, mais de 1.900 peças, das quais foram apresentadas, no volume, as 1.750 mais bem conservadas, englobando amoedações de três continentes (Europa, Ásia e África), num arco de tempo que vai desde o final do século VII a.C. até o final do século III, isto é, cerca de 900 anos de História Antiga. Além das moedas “gregas” propriamente ditas, inclui ainda as cunhagens produzidas por todas as culturas que interagiram com gregos e romanos, abrangendo geograficamente desde a costa atlântica da Europa até o noroeste da Índia e o norte da África.

A pesquisa da Prof^a Maricé Magalhães foi patrocinada durante mais de três anos pela Faperj, sob a supervisão da Dr^a Ângela Cardoso Guedes, assessora da Direção do MHN. Além da minuciosa classificação e da catalogação propriamente dita, a autora também apresenta a história da coleção (“Comendador Antônio Pedro de Andrade”), explica a metodologia empregada na pesquisa e oferece ampla bibliografia. O volume foi editado com recursos do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)/Ministério da Cultura (MEC), tem a apresentação da diretora do MHN, Prof^a Vera Lúcia Bottrel Tostes, prefácio do seu coordenador, Prof. Luiz Aranha Corrêa do Lago (PUC-Rio), e projeto gráfico da Codex Design.

Encaminhada às bibliotecas de museus e universidades do Brasil e do exterior, a publicação está tendo excelente repercussão. Ela também se encontra disponível na Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=sylloge>.

A *Sylloge Nummorum Graecorum* Brasil I é uma realização importante para incentivar as pesquisas sobre Antiguidade no país, pois sistematiza, publiciza e torna acessível um valioso tipo de documentação sobre as sociedades antigas.

Referência bibliográfica

MAGALHÃES, M. M. *Sylloge Nummorum Graecorum* Brasil I – Museu Histórico Nacional; moedas gregas e provinciais romanas. Rio de Janeiro: SBM/Ibram/MEC, 2011.